

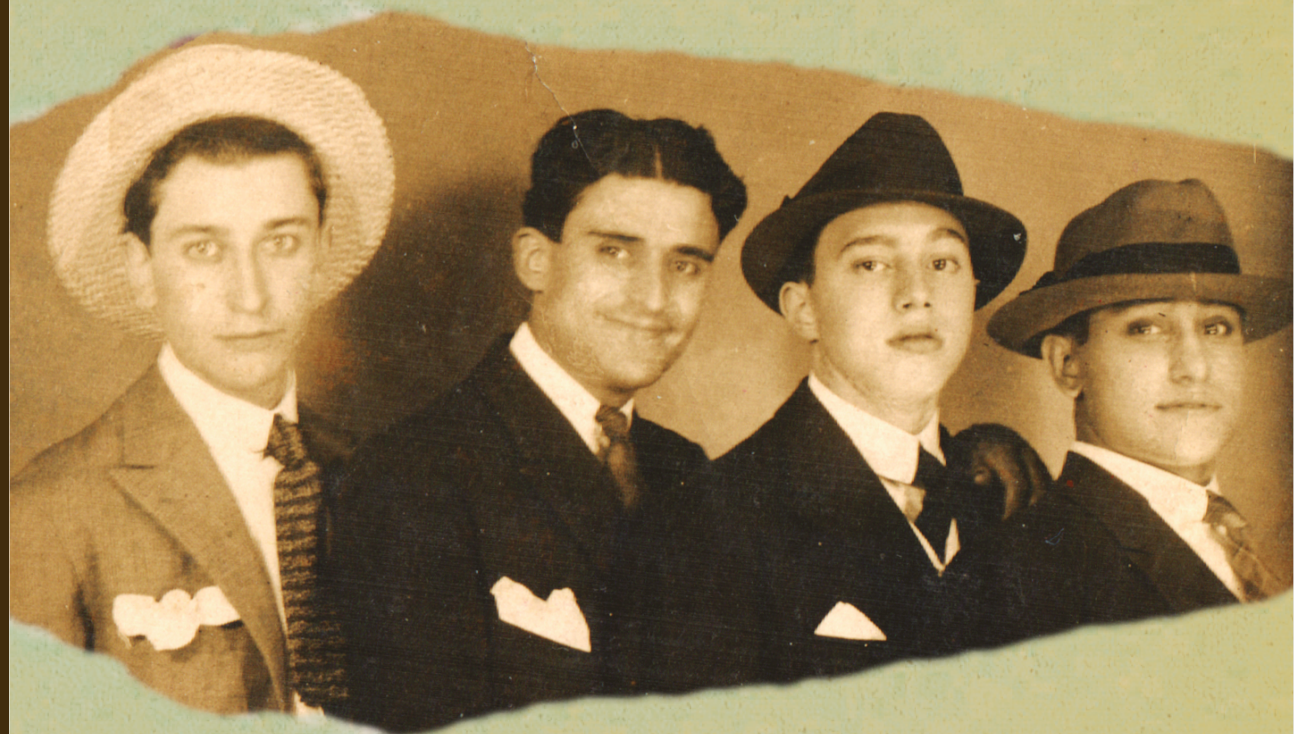
 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

 **FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

OS BRASILEIROS ENQUANTO AGENTES DE MUDANÇA: PODER E ASSISTÊNCIA

2013

OS *BRASILEIROS* ENQUANTO AGENTES DE MUDANÇA: PODER E ASSISTÊNCIA



Coordenadores:

Maria Marta Lobo de Araújo

Alexandra Esteves

José Abílio Coelho

Renato Franco

OS *BRASILEIROS* ENQUANTO AGENTES DE MUDANÇA: PODER E ASSISTÊNCIA

Maria Marta Lobo de Araújo
Alexandra Esteves
José Abílio Coelho
Renato Franco
(Coordenadores)

CITCEM - Universidade do Minho (Portugal)
Fundação Getúlio Vargas (Brasil)

Título:

Os *brasileiros* enquanto agentes de mudança: poder e assistência

Coordenadores

Maria Marta Lobo de Araújo

Alexandra Esteves

José Abílio Coelho

Renato Franco

Apoio mecenático à edição:

Dr. Marcos Lopes (Brasil)

Data de edição: Junho de 2013

Capa: Isabel Varajão

Edição:

CITCEM - Universidade do Minho (Portugal)

Fundação Getúlio Vargas (Brasil)

Impressão e acabamentos:

Grafipóvoa, Lda. — Póvoa de Lanhoso (Telef. 253 634 372)

ISBN: 978-989-8612-07-6 (Portugal)

ISBN: 978-85-225-1328-4 (Brasil)

Depósito Legal: 360837/13

ÍNDICE

Prefácio

Jorge Fernandes Alves 9

António Magalhães

Vianenses no Brasil, “brasileiros” em Viana.

Do sucesso económico ao reconhecimento local
através da Santa Casa da Misericórdia (séculos XVII – XVIII) 17

Paula Sofia Costa Fernandes

Legados que atravessam mares protegendo pobres na
Misericórdia de uma terra lusa: a utilização dos bens dos
“brasileiros” na Misericórdia de Penafiel na Idade Moderna 35

António Francisco Barbosa

O impacto dos “brasileiros” na assistência a nível local:
o legado de Bento da Costa Tição (Séculos XVII-XVIII) 55

Maria Odete Neto Ramos

Salvar a alma e socorrer os necessitados ao emprestar
capital a juro: a gestão do legado do *brasileiro* Cipriano Gomes
Claro pela Misericórdia de Arcos de Valdevez (1738-1760) 71

Maria Marta Lobo de Araújo

Na despedida da vida terrena: as preocupações do “brasileiro”
António Portela em meados do século XVIII 91

Renato Franco		
Os portugueses na Misericórdia do Rio de Janeiro, 1800-1822	109
Alexandra Esteves		
A intervenção dos “brasileiros” nas instituições de assistência à saúde no Norte de Portugal (século XIX)	119
Ricardo Silva		
Atravessar o Atlântico: alcançar o sucesso ou perpetuar as dificuldades?	141
José Abílio Coelho		
António Ferreira Lopes: o legado de um “brasileiro” imbuído de ideais republicanos	153
Elsa Pacheco; Jorge Fernandes Alves		
Rede migratória, integração social e reflexos. Da ruralidade minhota à elite intelectual do Rio de Janeiro. Estudos de caso.	171

A intervenção dos “brasileiros” nas instituições de assistência à saúde no Norte de Portugal (século XIX)

Alexandra Esteves*

Uma das imagens mais marcantes e duradouras do “brasileiro” oitocentista é a de benemérito, materializada sob formas diversas, nomeadamente doações, instituição de legados, auxílio aos mais desfavorecidos, ou ainda através da construção de equipamentos assistenciais em aldeias, vilas e cidades sobretudo do Norte de Portugal, e que, ainda hoje, continuam a cumprir a função para que foram criados.

Depois de terem vencido as agruras da vida e granjeado fortuna em terras do Brasil, alguns emigrantes regressavam ao torrão natal. Faziam então questão de exhibir a sua nova condição de ricos perante os seus conterrâneos. As casas apalaçadas que mandavam edificar destacavam-se entre o restante casario pela sua imponência e pelo luxo que faziam adivinhar no seu interior. A este propósito, são elucidativas as figuras que surgem em algumas das obras de Camilo Castelo Branco, como o “Comendador Belchior” ou António de Queirós e Meneses da novela *Maria Moisés*, que, depois de anos a labutar no Brasil, retornaram ao Minho, e as referências, no *Filho Natural*, à compra pelos “brasileiros” de património de famílias fidalgas¹. Podemos ainda juntar Eusébio Seabra, personagem da obra *A Morgadinha dos Canaviais* de Júlio Dinis, que decidiu

* Docente da Universidade Católica Portuguesa. Membro do CITCEM. estevesalexandra@gmail.com

¹ Histórias inseridas nas *Novelas do Minho*. Confirme-se BRANCO, Camilo Castelo - *Novelas do Minho. Um retrato de Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora, 2009. Camilo Castelo foi um exímio caricaturista da figura do “brasileiro”. Confirme-se RIBEIRO, Orlado - Entre Douro e Minho. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*. I Série, Vol. III, (1987) 9.

perpetuar o seu nome entre os grandes da aldeia natal através do financiamento de obras na igreja². Nem à hora da morte a preservação da memória era descurada. Miguel Dantas, por exemplo, mandou edificar o primeiro jazigo familiar em terras de Paredes de Coura³. O Visconde Sousa Rego, “brasileiro” de Caminha, no seu testamento, deixou expressa a vontade de ser sepultado no mausoléu da família⁴.

A benemerência dos “brasileiros”, além de se ter revelado no apoio a misericórdias, confrarias, ordens terceiras, igrejas e capelas, consubstanciou-se também no contributo para a edificação de escolas, cemitérios, asilos e hospitais⁵. Relevante foi igualmente a intervenção que tiveram na organização de sopas económicas destinadas aos mais carenciados⁶. Nem sempre esperavam pela aproximação do fim da vida para promoverem ações desta natureza, que lhes conferia um lugar de destaque nas comunidades locais e, deste modo, cumpria-se um dos requisitos da sociedade que enaltecia a filantropia: dar de forma descomprometida, mas com efeitos de comprometimento da imagem pública.

Muitos emigrados nem precisavam de regressar à terra natal para desenvolverem ações benfeitoras, pois, ainda no Brasil, organizavam sociedades de socorros mútuos, que assumiam designações como Sociedades de Beneficência ou Caixas de Socorros. “Brasileiros” mais ou menos conhecidos, oriundos das terras alto minhotas, como Miguel Dantas, faziam parte destas associações. Aliás, este “brasileiro” integrou diversas instituições religiosas e assistenciais do Rio de Janeiro: a Sociedade Portuguesa de Beneficência, a Irmandade de Nossa Senhora de Copacabana, a Irmandade de N. S. da Lapa dos Mercadores, a Caixa de Socorros de D. Pedro V, entre outras. Após o regresso à cidade do Porto por volta

² DINIS, Júlio - *A Morgadinha dos Canaviais*. Porto: Porto Editora, 1993.

³ Leia-se ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. p. 395.

⁴ Arquivo Distrital de Viana do Castelo (doravante ADV), Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Inventário do legado do Visconde de Sousa Rego, n.º 7.36.2.43, fl. 26.

⁵ Leia-se ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista...*, p. 372-384.

⁶ Confirme-se SILVA, Francisco Ribeiro da - Brasil, *Brasileiros e Irmandades/Ordens Terceiras Portuenses*. In *Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 138.

de 1870, apoiou várias agremiações, nomeadamente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, a Associação de Beneficência e Caridade da Freguesia de Cedofeita, a Real Sociedade Humanitária. Também a Associação Humanitária dos Bombeiros e a Congregação das Irmãs de Santa Teresa de Jesus, sedeadas em Viana do Castelo, foram contempladas com os seus donativos. Um outro exemplo é o de Manuel Amoroso Lima, nascido a 30 de abril de 1823, em Ponte de Lima. Em 1839, foi trabalhar para o Brasil, onde, como negociante de sucesso, conseguiu acumular avultada fortuna. Foi o principal fundador da Sociedade Portuguesa da Beneficência, sita no Rio de Janeiro, sendo, posteriormente, seu diretor. Conhecido pelo seu altruísmo, distribuiu donativos bem generosos por diversos estabelecimentos de ensino e de assistência, sendo de destacar o apoio financeiro concedido às Misericórdias de Viana do Castelo e de Ponte de Lima⁷.

Ainda no século XX, os “brasileiros” continuaram a dar o seu contributo para o desenvolvimento das terras de origem. Por exemplo, o Hospital de Paredes de Coura recebeu, em 1953, uma avultada soma da *Associação Protetora dos Filhos de Paredes de Coura*, sedeadada no Brasil, o que mostra a dimensão atingida pela emigração courense rumo a terras de Vera Cruz e o vínculo que, apesar da distância, se mantinha ao torrão natal⁸.

Quando eram projetadas obras assistenciais, fazia-se chegar a notícia aos emigrantes no Brasil, na expectativa de que o altruísmo dos filhos mais abastados da terra ajudasse na sua concretização⁹. Foi o que sucedeu com a fundação do Asilo de Infância Desvalida D. Maria Pia, em Ponte de Lima, que, entre os seus principais patronos, tinha os Viscondes de Amoroso Lima. A criação deste estabelecimento estava prevista desde 1835. Todavia, só em 1873 se constituiu uma comissão para elaborar o regulamento e os estatutos da instituição. Nesse mesmo ano, foi lançada

⁷ RODRIGUES, Henrique - Manuel José Amoroso Lima. In d'ABREU, João Gomes (coord.) - *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2008. p. 223-224.

⁸ Arquivo Municipal de Paredes de Coura (doravante AMPC), Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura, *Livro para a inscrição de benfeitores*, sem cota.

⁹ Consulte-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - A presença dos brasileiros no santuário de Nossa Senhora de Porto de Ave (séculos XVIII a XX). In PEREIRA, Conceição Meireles; SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima - *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Parte II. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Edições Afrontamento, 2007. p. 189.

uma campanha para a recolha de donativos. Foi precisamente dos emigrantes limianos do Brasil que chegaram as maiores contribuições para esta obra de apoio à infância desvalida¹⁰. A mesma prática foi seguida aquando da criação do Asilo de Inválidos Camões, também de Ponte de Lima, em 1880. O apelo então lançado à solidariedade chegou também ao Brasil e foi correspondido com muitas dádivas.

Em Portugal, era tida como merecedora de reconhecimento público a filantropia dos filhos da terra, que, tendo partido pobres e conseguido ascender à condição de ricos, não esqueciam a terra que os viu nascer. Os seus retratos ocupavam lugar de destaque nos salões nobres das instituições que ajudaram a fundar e os seus nomes eram adotados para as identificar; a toponímia e a estatúaria de vilas e cidades atestavam a sua condição de bem-fazentes.

Com raízes no século XVI, a emigração alto minhota rumo a terras brasileiras foi desencadeada, em boa parte, como resposta à desproporção entre o crescimento populacional e os meios de subsistência então disponíveis¹¹. Perante a ausência de alternativas para garantir uma vida condigna, e até a própria sobrevivência, a muitos não restou outra solução que não fosse partir em busca dum futuro melhor e, quiçá, da fortuna.

A diáspora para o Brasil manteve-se e acentuou-se no século XIX, na sequência da crise agrícola que se fez sentir na primeira metade deste século, bem como da descida dos preços dos cereais e das pragas que afetaram a cultura da vinha¹². A instabilidade política, a pobreza crónica e o desemprego que grassava no seio da população urbana e rural levaram muitos a trocar a terra natal por outras paragens. Por outro lado, as leis respeitantes aos morgados e à progenitura também compeliavam os filhos não primogénitos a emigrar em busca de melhores oportunidades de vida¹³.

¹⁰ Consulte-se LEMOS, Miguel Roque dos Reys - *Anais Municipais de Ponte de Lima*. Braga: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1977. p. 110-111.

¹¹ Foi precisamente na década de quarenta do século XVI que foram criadas as primeiras Misericórdias no Brasil. Leia-se SÁ, Isabel dos Guimarães - *Misericórdias, Portugueses e Brasileiros*. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa..., p. 117-133.

¹² A propósito da emigração das gentes do Alto Minho para o Brasil, leia-se RODRIGUES, Henrique - *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil...*, 1995.

¹³ Sobre as causas da emigração rumo ao Brasil consulte-se RUSSELL-WOOD, A. J. R. - *A emigração: fluxos e destinos*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) - *História da Expansão Portuguesa*. vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997. p. 158-168.

Além dos já mencionados, outros motivos contribuíram para alimentar os fluxos migratórios, como, por exemplo, a fuga ao serviço militar ou às malhas da justiça. Muitos conseguiam escapular-se, usando documentos falsificados ou nomes inventados para obterem passaportes¹⁴. Outros, que estavam impedidos de se ausentarem do reino por se acharem em idade de recrutamento, conseguiam subornar os capitães dos navios e ser incluídos nos matriculados e, desse modo, escapar ao serviço militar¹⁵. Em 1854, o administrador do concelho de Arcos de Valdevez comunicou ao governador civil do distrito de Viana do Castelo que vários mancebos do seu concelho, em condições de serem alistados, tinham sido angariados para partirem para o Brasil, fazendo uso de passaportes falseados ou obtidos noutros municípios¹⁶. Nos anos subsequentes, a sangria de rapazes em idade de alistamento no exército manteve-se em todo o distrito¹⁷.

Ao tempo, o Brasil era o destino preferencial do movimento migratório, para o que contribuía a afinidade linguística, a similitude de costumes e até a existência de ligações familiares¹⁸. Outros fatores atraíam a partida dos mais desfavorecidos, nomeadamente as facilidades de pagamento das passagens, concedidas pelos proprietários dos navios, e o aliciamento dos engajadores¹⁹. O êxodo de alguns membros da família ou da comunidade tinha, por vezes, um efeito de arrastão, levando outros a seguir as mesmas pisadas, movidos pelos sentimentos de partilha e de identidade. Os parentes emigrados funcionavam, geralmente, como elos de ligação entre os que ficavam e os que se ausentavam, facilitando a integração dos recém-chegados no local de destino²⁰.

¹⁴ AHGCVC, *Portarias e Ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.5-6, não paginado. Sobre a emigração clandestina veja-se PEREIRA, Miriam Halpern - *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa, Editorial Presença, 1994. p. 205-206.

¹⁵ AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades – dezembro de 1852 a maio de 1854*, n.º 1.8.3.14, não paginado.

¹⁶ AHGCVC, *Crimes políticos e emigração*, n.º 1.15.2.4.1-1, não paginado.

¹⁷ AHGCVC, *Crimes políticos e emigração*, n.º 1.15.2.4.1-1, não paginado.

¹⁸ Sobre as razões da atração que, ao longo do século XIX, os portugueses sentiam pelo Brasil como principal destino de emigração, leia-se KLEIN, Herbert S. - A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. *Análise Social*. Vol. XXVIII (121), (1993) 242.

¹⁹ Consulte-se CRUZ, Maria Antonieta - Do Porto para o Brasil: A outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense. *Revista de História*. vol. XI (1991)186.

²⁰ Sobre as causas da emigração veja-se igualmente CRUZ, Maria Antonieta - Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil. *Revista de História*. Vol. 7 (1986/1987) 12-13.

Desde 1850, o Brasil encetara um caminho, ainda que sinuoso, conducente à proibição do tráfico de escravos, que culminará em 1888 com a abolição da escravatura. Necessitado de mão de obra para labutar nas imensas explorações agrícolas e nas grandes obras públicas em curso, o país voltou-se para o mercado europeu, servindo-se duma rede de angariadores na tarefa de obter trabalhadores.

O engajamento de potenciais emigrantes preocupava as autoridades portuguesas, uma vez que o futuro quase paradisíaco que lhes era prometido pouco ou nada tinha a ver com a realidade, até porque o Brasil não estava propriamente interessado em recrutar mão de obra qualificada, mas sim braços fortes para substituir o trabalho escravo. O desenvolvimento de redes de aliciadores, que recorriam a mecanismos propagandísticos e procuravam tirar proveito do isolamento e da ignorância das populações, verificou-se a partir de 1830, tendo como alvos preferenciais os jovens do sexo masculino e fisicamente robustos²¹. Muitos, levados talvez pelo desespero, empenhavam os poucos bens que possuíam, outros gastavam os primeiros anos de trabalho no pagamento da viagem.

Deste modo, ao longo do século XIX, a par do movimento tradicional de emigrantes, que, na procura de uma vida melhor, abalavam das suas terras para se dedicarem à atividade comercial ou aos ofícios, emerge um outro fluxo, com base no sistema contratual de locação de serviços, promovido por engajadores²².

Estes recrutadores espalharam-se pelo Norte de Portugal, designadamente por terras do Alto Minho, envolvidos em maquinações de angariação de homens, que as autoridades administrativas procuravam controlar. Um dos principais alvos da imprensa da época era precisamente a ação enganadora dos emissários responsáveis pela celebração de contratos de locação de trabalho no Brasil²³. A mesma preocupação já tinha sido manifestada por Lima Bezerra, em finais do século XVIII²⁴.

²¹ Sobre o desenvolvimento do engajamento leia-se ALVES, Jorge Fernandes - Perspetivas sobre a emigração – estudos locais e regionais. In ACTAS DAS SEGUNDAS JORNADAS DE HISTÓRIA LOCAL. Fafe: Câmara Municipal, 1998. p. 413-424.

²² Consulte-se ALVES, Jorge Fernandes - Atalhos batidos. A emigração nortenha para o Brasil. *Atalaia-Intermundos*. N.º 6/7 (2000) 297-308.

²³ *A Aurora do Lima*, 2 de março de 1857, n.º 180, não paginado.

²⁴ Confirme-se BEZERRA, Manuel Gomes de Lima - *Os Estrangeiros do Lima*. Vol. 2. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, Ed. facsimilada de 1791. p. 108-109.

O periódico *O Vianense*, na sua edição de 4 de junho de 1858, noticiava a libertação de trinta e três indivíduos em Lisboa, naturais dos concelhos de Ponte de Lima e Vila Verde, que partiam para o Brasil, tendo sido identificados pela polícia como “colonos” com contratos em contravenção à lei²⁵. Um ano antes, o jornal *A Aurora do Lima* denunciava as consequências nefastas da emigração sobre a agricultura e a indústria nacionais e a perda de braços e de engenho em favor de uma solução que, além de incerta, podia ser perniciosa²⁶.

A imprensa também não se inibia de publicitar as condições desumanas dos barcos que transportavam os emigrantes, a falta de higiene e de alimentação adequada, as doenças que alastravam e que assumiam proporções epidémicas. Chegados ao Brasil, os “colonos” eram logo contratados pelos capitães dos navios, ficando obrigados a prestar largos anos de serviço a quem os alugava, sujeitos a castigos corporais, e muitos acabavam por se perder na selva brasileira. Em 1856, o periódico *A Razão* denunciava a atuação de Manuel José Dantas no concelho de Ponte de Lima. Recém-chegado do Brasil, andava a aliciar jovens para o acompanharem na viagem de regresso, com promessas de ordenados chorudos e passagens gratuitas. Chamado a intervir, o administrador do concelho conseguiu dissuadir alguns jovens que estavam prestes a cair no embuste²⁷. No mesmo ano, o referido jornal dava conta das acusações dirigidas ao abade da freguesia de Trute, concelho de Monção, que estaria envolvido na promoção da emigração de mancebos para o Brasil²⁸.

Os “brasileiros” que angariaram grandes fortunas e que, regressados a Portugal, exerceram cargos públicos de relevo, foram os que mais se fizeram notar e, por conseguinte, sobre os quais a documentação é mais vasta. Os seus feitos foram exaltados, ainda em vida, em biografias apologéticas e comentados pela imprensa da época. No entanto, muitos

²⁵ *O Vianense*, 4 de junho de 1858, n.º 34, não paginado.

²⁶ Segundo a perspectiva do autor do artigo: “[...] Os nossos infelizes compatriotas, que vão encontrar em grande parte, o abandono e a morte, nas mesmas regiões em que a mão especulativa da avareza lhes plantou uma sedutora esperança de melhor fortuna, esperança que cedo lhes cae por terra, quando ao toca-la, eles vêm transformar-se em largo património de escravidão e desgraça”. *A Aurora do Lima*, 2 de março de 1857, n.º 180, não paginado.

²⁷ AHGCVC, *Registo geral, de julho de 1856 a 31 de dezembro*, n.º 1.10.3.3, não paginado; *Administradores*, n.º 1.23.1.1-32, não paginado.

²⁸ AHGCVC, *Registo geral, de julho de 1856 a 31 de dezembro*, n.º 1.10.3.3, não paginado.

outros, atraídos pela sorte, regressaram sem terem amalhado o pé-de-meia que ambicionavam e procuraram digerir na terra mãe a amargura do seu fracasso²⁹.

No século XIX, um tempo marcado por graves epidemias, como a cólera, a febre amarela ou a febre tifoide, cuja propagação era facilitada pelo aumento da circulação de pessoas e mercadorias, Portugal apresentava enormes carências no que respeita a estruturas de apoio à saúde. À medida que caminhamos para o término de oitocentos, juntam-se outras moléstias que são tidas como autênticos flagelos sociais, como a sífilis e a tuberculose, doenças altamente contagiosas.

Em finais do século XIX, a tuberculose assumia graves proporções em Portugal. Para a combater, foi criada, em 1899, a Assistência Nacional de Tuberculosos, que, entre outros objetivos, pretendia impulsionar a fundação de hospitais marítimos, sanatórios e hospitais para tísicos incuráveis³⁰. A pouco e pouco, os sanatórios foram surgindo por todo o país. Até então, o tratamento dos tuberculosos era feito em casa ou nos hospitais gerais que tinham sido adaptados para os receber³¹. Por outro lado, foi determinada a criação, em todas as capitais de distrito, de institutos destinados ao tratamento de tísicos e, por iniciativa de Miguel Bombarda, foi instituída a Liga Portuguesa contra a Tuberculose. Entre 1901 e 1911, foram construídas várias estruturas de apoio aos tuberculosos³²: dois sanatórios marítimos, um sanatório terrestre e cinco

²⁹ Leia-se ALVES, Jorge Fernandes - O «brasileiro» oitocentista e o seu papel social”. *Revista de História*. Vol. 12 (1993) 260. Veja-se igualmente MACHADO, Igor José de Reno - O “Brasileiro de torna-viagens” e o lugar do Brasil em Portugal. *Estudos Históricos*. Nº 35. janeiro-junho (2005) 54.

³⁰ Sobre esta instituição leia-se MARTINS, Alcina Maria de Castro- *Génese, emergência e institucionalização do serviço social português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999. p. 53-55.

³¹ Nas décadas de 70 e 80 do século XIX, o hospital de Caminha albergava doentes com tuberculose, que, além da medicação prescrita, eram tratados com uma dieta adequada, à base de pão, bolachas, vinho e caldos de galinha. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Caminha, (doravante ASCMC), *Maços de papeletas do Hospital*, n.º 1.36.3.1-4, não paginado.

³² Confirme-se MARQUES, Abílio Gonçalves - *A guerra à tuberculose*. Porto: Typ. a vapor da Empreza Litteraria e Typographica, 1901. p. 53.

dispensários³³. A intervenção dos “brasileiros” na prevenção e luta contra a tuberculose vai-se fazer sentir sobretudo nos inícios do século XIX, através da doação de terrenos e ajudas financeiras para a criação de sanatórios e dispensários, como sucedeu, por exemplo, com a construção de um sanatório em Vila Nova de Famalicão graças ao apoio de um “brasileiro” chamado António da Silva Maia³⁴.

Os hospitais existentes em Portugal eram de reduzida dimensão e não estavam preparados para acolher doentes portadores de doenças contagiosas nem os doentes mentais. Para o tratamento destes enfermos, foram criados, em 1848, em Lisboa, o hospital de Rilhafol e, em 1883, na cidade do Porto, o hospital Conde Ferreira, cujo primeiro diretor, António Maria de Sena, procurou modernizar e humanizar os cuidados prestados a esses enfermos³⁵. Este hospital psiquiátrico resultou do testamento deixado por Joaquim Ferreira dos Santos, um “brasileiro” a quem foi atribuído o título de Conde Ferreira. Constata-se, através deste exemplo, que os “brasileiros” apostaram também na inovação e foram capazes de identificar as lacunas que o país evidenciava em alguns setores, nomeadamente no domínio da assistência à doença, como era o caso do apoio aos doentes mentais³⁶. O testamento daquele benfeitor previa ainda

³³ A cidade do Porto construiu o seu primeiro dispensário antituberculose nos inícios do século XX e viu nascer o seu primeiro sanatório em 1926, sob a égide da Santa Casa da Misericórdia daquela cidade, FERREIRA, Maria de Lurdes de Carvalho - *A doença do peito. Contributo para o estudo histórico da tuberculose*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 20.

³⁴ Confirme-se FERNANDES, Adília; PAIVA, Odete - Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910). Os bem sucedidos e os outros. In SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda - *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, 2009. p. 415-416.

³⁵ Veja-se PEREIRA, Pedro Teixeira; GOMES, Eva; MARTINS, Olga - A Alienação no Porto: o Hospital de Alienados do Conde Ferreira (1883-1908). *Revista da Faculdade de Letras. História*. III série, vol. 6 (2005) 99-128. Leia-se ainda PEREIRA, Maria da Conceição Meireles - Os brasileiros notáveis e... os Outros. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem...*, p. 359-360.

³⁶ Confirme-se ALVES, Jorge Fernandes - Variações sobre o “brasileiro” - Tensões na emigração e no retorno do Brasil. *Revista Portuguesa de História*. tomo XXXIII (1999) 191-222.

verbas para a construção de escolas e donativos para misericórdias, hospitais e asilos, para além da referida instituição psiquiátrica³⁷.

As preocupações sanitárias acentuam-se em Portugal na centúria oitocentista e as instituições de apoio à saúde revelam-se cada vez mais zelosas com a limpeza das suas instalações. Todavia, nem sempre estes cuidados eram suficientes para colmatar deficiências mais profundas e carências de toda a ordem, pelo que se impunha a remodelação e a realização de obras de conservação em algumas unidades hospitalares ou até à construção de novos estabelecimentos, como aconteceu em Paredes de Coura, com a fundação do hospital da Misericórdia que veio substituir o devoluto hospital da Caridade. Nestas obras de maior envergadura, os “brasileiros” tiveram um papel crucial, alguns dos quais foram agraciados com títulos nobiliárquicos.

O hospital gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, beneficiou do apoio de “brasileiros”, materializado na concessão de verbas avultadas, como a deixada em testamento, em 1764, pelo Capitão José Gomes da Rocha, falecido em Ouro Preto. Entre os compromissos assumidos, em contrapartida, pela Misericórdia, constava a obrigação de mandar celebrar *im perpetuum* três missas no Natal e uma no dia dos Fiéis Defuntos³⁸.

Os legados “brasileiros” destinados àquela irmandade vianense avolumaram-se na centúria oitocentista, em resposta aos apelos que a própria instituição dirigiu aos naturais da terra para que a apoiassem. Apesar da diminuição dos legados a partir de finais do século XIX, o certo é que as dificuldades vividas por instituições como as misericórdias, obrigava-as a recorrer a peditórios que extravasam as fronteiras de Portugal³⁹. Em 1869, a Misericórdia de Viana do Castelo decidiu realizar obras nas enfermarias do hospital, pedindo para o efeito apoio a um “brasileiro”,

³⁷ Sobre o Conde Ferreira leia-se ALVES, Jorge Fernandes - Percursos de um brasileiro no Porto: o Conde de Ferreira. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Série II, vol. 09 (1992) 211-213.

³⁸ ADVIC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Escritura do legado a favor do Hospital da Santa Casa, 1764, n.º 3.27.3CX. 5 —3, não paginado.

³⁹ Confirme-se ARAÚJO, Maria Marta de - Os brasileiros nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta de (org.) - *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Carlini & Caniano, 2009. p. 241.

natural de Carvoeiro, freguesia do concelho vianense. Tratava-se de Joaquim José Monteiro, negociante e proprietário, que fez fortuna no Brasil, onde veio a falecer, e a quem foram outorgados os títulos de Barão, Visconde e Conde da Estrela. Correspondendo ao apelo, deu ordem ao Banco de Portugal para que o seu donativo fosse transferido para a Santa Casa. Em sinal de agradecimento, a Misericórdia fê-lo irmão da instituição e propôs-se perpetuar o seu altruísmo através de um retrato colocado na galeria dos benfeitores e da atribuição a uma das enfermarias da designação de S. Joaquim, em sua honra⁴⁰.

Anos mais tarde, em 1873, o funcionamento do hospital Santa Isabel continuava a ser prejudicado por graves lacunas. Nesse mesmo ano, são realizadas obras de recuperação e de ampliação: foram construídas mais enfermarias, conseguiu-se a separação dos doentes consoante o sexo e os presos enfermos e os portadores de doenças contagiosas foram instalados no piso térreo⁴¹. Para custear estas obras, foram enviadas cartas aos “brasileiros” vianenses, apelando à sua filantropia, para auxiliarem a causa da “pobreza enferma”⁴². Os donativos enviados atingiram valores significativos, embora insuficientes para a conclusão das obras. João Barbosa, falecido no Rio de Janeiro, deixou à Santa Casa cerca de quatrocentos mil réis, que podiam ser canalizados para estes reparos. No entanto, o receio da irmandade era que o dinheiro não chegasse a tempo de ser gerido pela Mesa responsável por este projeto. Para solucionar o impasse, o Provedor adiantou aquela quantia, sem juros, com a garantia de que seria reembolsado do valor correspondente aquando da chegada do legado⁴³.

Outros problemas impediam o normal funcionamento da instituição e ensombravam a sua imagem. Por exemplo, o enfermeiro aproveitava as instalações do hospital para criar porcos, que ficavam ao cuidado dos doentes; as prostitutas toleradas eram tratadas nas enfermarias gerais e

⁴⁰ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acordão, 1863-1882, n.º 3.24.3, 27, fls. 54-54v.

⁴¹ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acordão, 1863-1882, n.º 3.24.3, 27, fls. 125v-126.

⁴² ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acordão, 1863-1882, n.º 3.24.3, 27, fl. 159.

⁴³ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acordão, 1863-1882, n.º 3.24.3, 27, fl. 174.

não no espaço próprio que tinha sido criado para a sua fiscalização, o que era inaceitável dada a forte possibilidade de serem portadoras de doenças como a sífilis. Esta situação culminou, em maio de 1874, com a proibição temporária do serviço de inspeção de toleradas no hospital de Santa Isabel⁴⁴.

No século XIX, impôs-se em Portugal uma política reguladora da meretrícia. Em 1853, a cidade do Porto adotou um regime sanitário, que, mais tarde, será seguido por outras cidades, como Lisboa e Braga. Considerava-se que a ausência de regulamentação da prostituição era um perigo para a saúde pública e a população encarava-a como uma atividade criminosa. Todavia, dada a impossibilidade de cortar o mal pela raiz, optou-se por uma política de condescendência para melhor controlar, nomeadamente sob o ponto de vista sanitário. Deste modo, a prostituta tolerada e o prostíbulo regulamentado surgem em Portugal em resultado de um compromisso estratégico entre o Estado e a família.

Sem descurarem a imagem social, mas preocupados igualmente com a salvação da alma, sobretudo quando a morte se aproximava, muitos “brasileiros”, detentores de alguma fortuna mas menos conhecidos por não terem sido agraciados com a nobilitação, também deixavam os seus donativos às misericórdias. Alguns impunham compensações, que consistiam, essencialmente, na realização de sufrágios pela sua alma e dos seus familiares. Por exemplo, José da Silva Conceição, deixou como legado quatro apólices da dívida pública brasileira no valor de mil réis cada uma. Entre os encargos do seu legado estava uma missa anual pela sua alma no aniversário da sua morte. Já o comendador Francisco Afonso Painhas, natural da freguesia de Outeiro, no concelho de Viana do Castelo, falecido em Ouro Preto, doou duas apólices de mil réis cada uma de dívida pública brasileira à Misericórdia desta cidade, sem quaisquer contrapartidas⁴⁵. Por vezes, a entrega destes legados à Santa Casa era feita por procuradores, quase sempre familiares próximos, e não diretamente pelo benemérito. Por sua vez, José Vieitas da Costa, irmão da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, falecido no Brasil, em

⁴⁴ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acordão, 1863-1882, n.º 3.24.3, 27, fl. 183.

⁴⁵ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Legados desde 1880, n.º 3.26.5.5, não paginado.

1890, deixou em testamento quinze apólices brasileiras, que perfaziam o valor nominal de um conto de réis cada uma. Este legado era destinado em exclusivo ao hospital de Santa Isabel, colocando como condição a celebração de duas missas: uma no dia do seu aniversário e a outra no aniversário do seu óbito. Falecido em 25 de janeiro de 1908, Manuel Gonçalves Tinoco deixou à Misericórdia de Viana do Castelo oito apólices de dívida pública brasileira, valendo cada uma um conto de réis. O legado previa como única obrigação uma missa no dia do aniversário da sua morte⁴⁶.

Na vila alto minhota de Caminha, onde nasceu em 1821 e veio a falecer em 1899, destacou-se a figura de António Joaquim de Sousa Rego, um “brasileiro” conhecido como Visconde Sousa Rego. Após prolongada estadia no Rio de Janeiro, onde tomou a ordem de São Francisco da Penitência, regressou, já rico, a Portugal. Tendo, entretanto, abandonado a vida religiosa, ganhou uma posição de relevo na comunidade caminhense, não só pela fortuna que detinha, mas também pelas funções desempenhadas como administrador do concelho e, posteriormente, de presidente da Câmara Municipal. Ora, o desafio económico e a necessidade de reconhecimento público, entre outros fatores, propiciavam o acesso dos “brasileiros” a cargos políticos ou a outras funções de relevo que lhes conferiam a notoriedade⁴⁷.

À hora da morte, foram várias as instituições locais que beneficiaram da filantropia do Visconde Sousa Rego: a Santa Casa da Misericórdia, a Ordem Terceira e várias irmandades, como a do Santíssimo Sacramento, do Senhor Jesus dos Mareantes e das Almas. No seu testamento, datado de 1894, mostra a vontade de, através do apoio concedido a diversas instituições de cariz religioso e assistencial, ajudar um grande número de pessoas e, ao mesmo tempo, obter o reconhecimento social e perpetuar a imagem de benemerente⁴⁸. Nele são enumerados os compromissos que os beneficiários do seu altruísmo ficavam obrigados a honrar, nomeadamente no respeitante ao enterramento, ao ofício religioso e aos sufrágios perpétuos. Os sufrágios potenciavam momentos de solidariedade que

⁴⁶ ADVIC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Legados desde 1880, n.º 3.26.5.5, não paginado.

⁴⁷ ALVES, Jorge Fernandes - O «brasileiro» oitocentista e o seu papel social..., p. 292.

⁴⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães - Misericórdias, Portugueses e Brasileiros..., p. 117-118.

“uniam” os vivos aos mortos, cabendo aos primeiros rezar pela salvação da alma dos segundos, aguardando que o mesmo sucedesse aquando do seu falecimento. Eram uma espécie de lenitivo, tendo em vista atenuar o sofrimento da alma durante a passagem pelo Purgatório⁴⁹. A determinação do número de sufrágios não tinha a ver apenas com preocupações salvíficas, mas constituía igualmente um sinal do poder económico e do prestígio social do testador⁵⁰.

A laicização da morte, resultante da secularização da sociedade portuguesa, evidenciada ao longo da década de oitocentos, esbarrou em fortes resistências nos espaços rurais, de forte implantação da Igreja Católica, que mantinham crenças e práticas próprias do Antigo Regime e aceitavam a interferência da Igreja noutros domínios para além do estritamente religioso⁵¹.

Se alguns legatários não colocavam condições para a concessão da herança, ou exigiam apenas a realização de cerimónias fúnebres e sufrágios, outros impunham aos beneficiários obrigações bem definidas. O Visconde Sousa Rego, que legou trinta contos de réis em inscrições de dívida pública portuguesa à Misericórdia de Caminha, determinou no testamento que, no aniversário do seu falecimento, esta instituição deveria distribuir cento e vinte mil réis por doze famílias pobres de Caminha, dando prioridade a pobres envergonhados e viúvas. Caso não fossem encontradas essas doze famílias, seria escolhida uma em que houvesse um cego ou um idoso. No mesmo dia, seria celebrada uma missa cantada e com resposso pela sua alma, à qual deviam comparecer as famílias auxiliadas. Mais missas seriam celebradas pela sua alma no dia de Santa Rita, madrinha do testador, e no dia 13 de junho, dia de Santo António. Por altura das celebrações, devia ser distribuída uma esmola por doze pobres de ambos os sexos, no valor de quatro mil réis para cada um.

⁴⁹ Veja-se ARAÚJO, Ana Cristina - Morte. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) - *Dicionário de História Religiosa*. Lisboa, Circulo de Leitores, 2002. p. 259-273.

⁵⁰ MELO, Mariana Ferreira de - A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, sociabilidade e poder. In ARAÚJO, Maria Marta de (org.) - *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*..., p. 97.

⁵¹ Sobre a incompatibilização entre a Igreja Católica e o liberalismo consulte-se FERREIRA, António Matos - Laicidade. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.) - *Dicionário de História Religiosa*..., p. 58-64.

O rendimento sobran­te do montante destinado à Santa Casa da Misericórdia de Caminha não podia ter outro destino que não fosse o custeamento das despesas do Hospital de Nossa Senhora da Visitação, gerido por aquela irmandade⁵². Tratava-se de uma pequena unidade hospitalar, destinada a receber doentes pobres de ambos os sexos, cuja fundação remonta ao século XV e que foi integrada na Misericórdia da vila em 1516⁵³. Em oitocentos, anexo ao hospital, existia um banco onde, diariamente, eram feitos pequenos curativos, que para os pobres eram gratuitos⁵⁴. Além do internamento e tratamento, a instituição prestava ainda apoio domiciliário aos enfermos sempre que se justificava. No seu regulamento, datado de 1877, revela já fortes preocupações sanitárias. Aquando da sua admissão, o doente, especialmente o pobre, devia tomar um banho e as suas roupas eram lavadas. Diariamente, as enfermarias eram limpas e as latrinas desinfetadas. Todos os anos, o hospital era caiado e a palha das camas era renovada⁵⁵. Em caso de internamento de um doente portador de mal contagioso, os cuidados com a salubridade eram ainda mais rigorosos.

Importa assinalar no testamento do Visconde Sousa Rego não apenas os cuidados com a salvação da alma, presentes nas missas que as entidades beneficiárias do seu legado se comprometiam a mandar celebrar, mas também as preocupações com os problemas sociais do seu concelho. Atento à miséria que atingia várias famílias de pescadores de Caminha, a quem o mar nem sempre dava o sustento necessário, incumbia a confraria do Senhor Jesus dos Mareantes de, todos os anos, no início do mês de novembro, mandar celebrar uma missa, no fim da qual seria distribuída uma esmola de vinte e quatro mil réis por doze pescadores da rua dos Pescadores e dos arredores⁵⁶.

⁵² ADV, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Inventário do legado do Visconde de Sousa Rego*, n.º 7.36.2.43, fl. 26.

⁵³ Sobre o hospital de Caminha na época moderna leia-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - Misericórdia de Caminha. CAPELA, José Viriato (coord.) - *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*. Braga: Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005. p. 668-669.

⁵⁴ ADV, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Estatutos da Santa Real Casa de Caminha*, 7.36.3.3.26.

⁵⁵ ADV, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Regulamento Geral da administração da Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, n.º 7.36.3.3-22, fl. 17.

⁵⁶ ADV, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Inventário do legado do Visconde de Sousa Rego*, n.º 7.36.2.43, fl. 27.

No século XIX, eram ainda profundas as marcas causadas pelo isolamento a que estava votado o concelho alto minhoto de Paredes de Coura. Entalado entre as bacias dos rios Lima e Minho, evidenciava-se pela elevada produção cerealífera, sendo, aliás, considerado o celeiro da região⁵⁷. No entanto, a ligação com as terras vizinhas era dificultada pelos obstáculos naturais e pela ausência de vias de comunicação, agravando os custos inerentes à sua interioridade. A primeira metade do século XIX foi de marasmo, mas na última metade desse século conheceu um maior dinamismo, em resultado da melhoria das acessibilidades⁵⁸. Foi precisamente neste período que Paredes de Coura viu nascer primeiro o hospital da Caridade e, na década de oitenta, o hospital da Misericórdia, ambos contando com o apoio de “brasileiros”, que se evidenciaram também pelo exercício de cargos políticos, como foi o caso de Miguel Dantas e o Visconde de Mozelos.

No caso de Miguel Dantas, entre outros projetos, apoiou a criação do hospital da Misericórdia de Paredes de Coura⁵⁹. Tratava-se de um edifício avançado para a época, dispondo de enfermarias com capacidade para quarenta doentes, cozinha, casas de banho, capela, salão nobre, secretaria, sala para consultas, aposentos para as irmãs hospitaleiras e um espaço para autópsias. As instalações dispunham de sistema de abastecimento de água e cumpriam os preceitos higienistas da época.

As paredes do salão nobre do hospital ostentavam os retratos dos seus principais benfeitores. Entre outras figuras, como Fontes Pereira de Melo, Miguel Dantas, José Joaquim Bacellar Barbosa e o seu irmão António d’Antas Bacellar Barbosa, sobressaía José Luís Nogueira, conhecido por Visconde de Mozelos, título atribuído pelo rei D. Luís por Carta Régia de 1884. Tratava-se de um filho de modestos lavradores, nascido em 1822, que embarcou para o Brasil com apenas 12 anos de idade. Regressou a Portugal em 1851, trazendo consigo uma considerável fortuna.

⁵⁷ Veja-se VIEIRA, José Augusto - *O Minho Pittoresco*. Tomo I. Lisboa: Livraria António Maria Pereira - Editor, 1886. p. 121.

⁵⁸ Confirme-se OLIVEIRA, A. Lopes de - *Terras de Coura*: s.l., s. ed., 1976, p. 16. Veja-se igualmente CUNHA, Narcizo C. Alves - *No Alto Minho. Paredes de Coura*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1979. p. 261-275.

⁵⁹ Sobre Miguel Dantas leia-se ainda PEREIRA, Maria da Conceição Meireles - *Os brasileiros notáveis e... os Outros...*, p. 366-367.

Na terra mãe, além de ter conseguido ampliar o seu já vasto património, exerceu o cargo de presidente da Câmara Municipal.

Segundo os estatutos, aprovados em 12 de março do referido ano de 1885, o hospital destinava-se aos irmãos da Misericórdia mais carenciados, bem como aos demais pobres do município. No entanto, desde que a situação financeira da instituição o permitisse, os pobres de fora do concelho também podiam ser tratados. Tal como sucedia nos seus congéneres alto minhotos, não recebia doentes que padecessem de moléstias crónicas e incuráveis.

Os estatutos da Santa Casa da Misericórdia, instituição responsável pela gestão do hospital, previam a contratação, mediante concurso, do número de facultativos que a Mesa julgasse indispensável para o tratamento dos doentes. Os que fossem selecionados, não podiam ausentar-se para fora do concelho ou faltar às visitas diárias sem deixar substituto e avisar previamente o Provedor. Cabia também à Mesa escolher o pessoal de enfermagem, os serventes e demais empregados que fossem necessários para assegurar o funcionamento do hospital.

Antes da criação do hospital da Misericórdia, existia na vila de Paredes de Coura o designado Hospital da Caridade, que servia os doentes pobres do concelho. Todavia, a sua estrutura não obedecia aos critérios higienistas da época, nem tinha capacidade para corresponder à procura. Como a Misericórdia pretendia restaurar o Hospital da Caridade, anexo à Confraria do Espírito Santo, provendo-o com as necessárias condições, nomeadamente de higiene, procedeu-se à transferência dos doentes para um outro edifício, que durante esse tempo funcionaria como hospital, evitando-se desse modo a interrupção do tratamento dos pacientes internados⁶⁰.

O referido Hospital da Caridade, cuja edificação resultou da iniciativa de uma comissão nomeada pelo Governador Civil de Viana do Castelo em julho de 1860, abriu portas em março de 1868, sendo gerido até 1873 pela comissão fundadora e, após essa data, pela Mesa da Confraria do Espírito Santo, dado que o hospital foi anexado a esta irmandade por determinação do Governo Civil de Viana do Castelo.

José Luís Nogueira, futuro Visconde de Mozelos, figura entre os principais beneméritos do hospital da Misericórdia, tendo contribuído com

⁶⁰ Sobre a importância da limpeza e higiene no século XIX leia-se OLIVEIRA, Luísa Tiago - *A saúde pública no vintismo*. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1992. p. 19-20.

cento e cinquenta mil réis para a sua construção⁶¹. Outros “brasileiros” se destacaram no apoio concedido a esta instituição: Bonifácio António Lopes, António Joaquim Pereira, Miguel Dantas, o Barão de Vascões, o Visconde de Sá, entre outros. Este último, que desempenhou o cargo de vice-cônsul de Portugal em Manaus, recebeu menções elogiosas na imprensa de Paredes de Coura, não só pelo apoio ao hospital da Misericórdia, mas também pelos donativos concedidos ao Asilo de Infância Desvalida e a várias instituições religiosas.

Além das ações de benemerência no domínio da assistência hospitalar, levadas a cabo por “brasileiros” e materializadas no apoio a obras de melhoramento, na construção de novos hospitais ou no financiamento dos gastos quotidianos e nas benesses às confrarias e igrejas, importa realçar o apoio que, no Alto Minho, foi dado à criação de asilos destinados ao acolhimento dos mais idosos⁶². Os velhos da sociedade oitocentista, devido a circunstâncias várias, eram os mais pobres entre os pobres. Acometidos pela doença, desprovidos de forças para ganhar o seu sustento e sem família para os amparar, eram muitos os que dependiam da ajuda filantrópica para se livrarem de um fim de vida marcado pelo signo da indigência.

Estas preocupações já estavam presentes em alguns “brasileiros” de finais do século XVIII. Foi o caso de José da Costa Pimenta Jarro. Natural da freguesia de Cabaços, concelho de Ponte de Lima, fez fortuna no Brasil dedicando-se ao ofício de ourives. Regressado a Portugal, fundou na cidade de Viana do Castelo, em 1780, uma casa da Caridade para Velhos e Entrevados. Após mais uma passagem pelo Brasil, acabou por ingressar num convento franciscano na zona da Arrábida, no distrito de Setúbal⁶³.

⁶¹ AMPC, Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura, *Livro para a inscrição de benfeitores*, sem cota, fl. 1v.

⁶² Também no século XIX os “brasileiros” relevaram preocupações com os doentes e os hospitais. Consulte-se ARAÚJO Maria Marta de - Os brasileiros nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII). In ARAÚJO, Maria Marta de (org.) - *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*..., p. 244.

⁶³ ABREU, Alberto Antunes - José da Costa Pimenta Jarro. In d'ABREU, João Gomes (coord.) - *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2008. p. 136.

Mais conhecido foi o papel desempenhado por Agostinho José Taveira no apoio à velhice desvalida. Nascido em 1808, na aldeia de Crasto, concelho de Ponte da Barca, escolheu Ponte de Lima para viver, após o regresso de terras brasileiras. Nesta vila deixou uma marca indelével da sua extensa obra benemérita e empreendedora, que se estendeu desde as obras públicas ao apoio a festas populares e religiosas. Contudo, o seu maior feito foi criação da Casa da Caridade de Nossa Senhora da Conceição.

Regressado a Portugal, Agostinho José Taveira não se coibia de exibir a sua condição de endinheirado, típica do “brasileiro” oitocentista, mas sem descurar a intervenção na comunidade, num tempo em que Ponte de Lima, como outras localidades, apostava na melhoria das infraestruturas e da salubridade dos espaços públicos. A circulação desregrada de animais e as imundices que encharcavam as ruas da vila, a venda de alimentos sem quaisquer condições de higiene, a inexistência de iluminação pública, entre outras carências, eram motivos de preocupação para os espíritos mais esclarecidos. A escuridão das ruas propiciava a dissimulação e convidava à prática de crimes contra pessoas e bens⁶⁴. Precisamente com o intuito de reduzir os assaltos e facilitar as rondas da polícia, a iluminação começou a ser instalada em Lisboa em 1780, por iniciativa do Intendente Pina Manique⁶⁵. Em 1844, o Porto passou a dispor de lampiões de azeite. No que diz respeito a Viana do Castelo, temos conhecimento de que, em 1827, eram acesos todas as noites dois lampiões da Câmara Municipal, sendo remunerado um homem que executava esse serviço⁶⁶. Em 1845, foram feitos 50 lampiões⁶⁷ e em 1882 foi assinado

⁶⁴ No século XIX, tal como no Antigo Regime, temia-se quem andava de noite, por ser considerado um potencial facinora. Sobre este assunto veja-se NARDI, Alan - Homicídios, furtos e penhoras: o crime na América Portuguesa do século XIX. *Mneme-Revista de Humanidades*. vol. 7, n.º 16. junho/julho (2005) 141.

⁶⁵ Leia-se SERRÃO, Joel - Iluminação pública e privada. In SERRÃO, Joel (Dir.) - *Dicionário da História de Portugal*. vol. III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975. p. 242-244.

⁶⁶ Veja-se CASTRO, Luís Cyrne - Apontamentos sobre o passado da iluminação pública e privada em Viana do Castelo. In *Roteiro de Viana do Castelo*. Viana do Castelo, s. e., 1977, não paginado.

⁶⁷ Londres dispunha de iluminação de gás desde 1812. Leia-se CORDEIRO, Bruno - A iluminação: para lá da eletricidade. In MADUREIRA, Nuno (coord.) - *A História da Energia, Portugal 1890-1980*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. p. 176.

o contrato para a instalação da iluminação pública na cidade⁶⁸. Em 1858, graças ao impulso de Agostinho José Taveira, foram colocados lampiões nas ruas de Ponte de Lima⁶⁹. Já no ano anterior, a Câmara Municipal tinha deliberado sobre a iluminação pública nas ruas e praças da vila⁷⁰.

Em 1855, uma grave crise económica, motivada pela escassez da produção cerealífera e pelo conseqüente aumento do seu preço, fez-se sentir em todo o distrito de Viana do Castelo, que afetou sobretudo os mais pobres. Perante um cenário de miséria que atingia a população, Agostinho José Taveira apresentou-se, nesse mesmo ano, em sessão da Câmara Municipal de Ponte de Lima, disposto a financiar, sem juros e por tempo indeterminado, a aquisição de milho para vender a preços reduzidos aos mais carenciados⁷¹. Dois anos mais tarde, adiantou dinheiro à Câmara Municipal para que esta pudesse avançar com os necessários melhoramentos nos espaços públicos da vila⁷².

Agostinho José Taveira faleceu a um de setembro de 1888. Em testamento, legou a sua casa, sita na rua que veio a receber o seu nome, para acudir à velhice desvalida, uma causa que muito o inquietava. Assim, na casa que fora a sua residência, nasceu o Lar de Nossa Senhora da Caridade para acolher idosos de poucos recursos. A sua memória ficaria perpetuada num retrato, que, por sua vontade, seria colocado no salão nobre da instituição.

⁶⁸ Confira-se CASTRO, Luís Cyrne - Apontamentos sobre o passado da iluminação pública e privada em Viana do Castelo..., não paginado. Antes da iluminação a azeite, algumas cidades europeias dispunham de iluminação com velas, desde o século XVI. Estas eram também utilizadas na iluminação privada. Confirme-se CORDEIRO Bruno - A iluminação: para lá da eletricidade..., p. 175-176.

⁶⁹ Outros “brasileiros” tiveram preocupações com a iluminação e o melhoramento urbanístico das cidades e vilas portuguesas. Leia-se SANTOS, Eugénio - Os brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste português. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem...*, p. 17.

⁷⁰ AMPL, Vereações, 1857-1860, fl. 38. Sobre os desenvolvimentos da iluminação pública no Alto Minho consulte-se BENTO, Paulo Torres - *Do Coura se fez luz. Hidroeletricidade, iluminação pública e política no Alto Minho (1906-1960)*. Edições Afrontamento/Jornal digital caminh@2000. p. 9-20.

⁷¹ Arquivo Municipal de Ponte de Lima (doravante AMPL), Vereações, 1852-1856, fls. 134 e 212.

⁷² AMPL, Apontamento para memórias das antiguidades de Ponte de Lima, n.º 2.6.1.53, fl. 128. Vereações, 1857-1860, fl. 48.

No conjunto das disposições constantes do seu testamento, constava a determinação de, na altura do seu funeral, serem distribuídas esmolas pelos pobres da freguesia de sua naturalidade e das aldeias circunvizinhas. Tal decisão não deixa de constituir mais uma demonstração da faceta humanitária de Agostinho Taveira.

No Alto Minho oitocentista, a criação de obras assistenciais apoiadas por “brasileiros” atingiu grande relevância e permitiu o cumprimento de dois objetivos: por um lado, os estratos mais carenciados da população, em particular os presos, os enjeitados, os órfãos, os doentes, as mulheres sós e os idosos, passavam a dispor de estruturas de apoio de que tanto precisavam; por outro lado, ficava assegurada a perpetuação da memória e do altruísmo dos benfeitores.

Afinal, contrariando, pelo menos em parte, a imagem caricaturada que, por vezes, lhes foi atribuída, muitos “brasileiros”, sem renegarem as suas origens nem as dificuldades que tiveram de enfrentar para conseguirem para mudar o rumo da sua vida, deixaram marcas da sua fortuna impressas em legados que atestam a sua generosidade em prol dos mais desfavorecidos, patente em hospitais, asilos e outras instituições que ajudaram a criar.